

FATORES ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DO 5º ANO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL NO IDEB: A ESTRUTURA ESCOLAR E DA ORGANIZAÇÃO POR CICLOS

Vinícius Evangelista da Costa*

RESUMO

O objetivo desse artigo é analisar alguns fatores que contribuem para a melhoria do desempenho do 5º ano da rede pública estadual do Distrito Federal no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Para isso, analisamos indicadores educacionais provenientes do Censo Escolar, dados das avaliações externas realizadas pelo governo federal no âmbito da rede pública estadual do Distrito Federal disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. O artigo também contempla informações sobre a implementação da política de ciclos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e a infraestrutura das escolas e suas possíveis influências na melhoria das taxas de aprovação, reprovação e abandono da rede do DF.

Palavras-chave: Avaliação Externa. Desempenho dos alunos. Ciclos de Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A cada dois anos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza a avaliação de aprendizagem dos alunos de todo o Brasil. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1990, é a principal ferramenta do governo federal para avaliar o ensino ofertado nas escolas brasileiras. Por meio dos resultados é possível não só para o governo da União, mas também aos estaduais e municipais a avaliação de políticas públicas para a melhoria da educação básica. Existem estados e municípios que atualmente têm seus próprios sistemas de avaliação como, por exemplo, o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SIPAEDF).²

Desde seu lançamento, as avaliações do Saeb foram aperfeiçoadas de acordo com a necessidade de levantamento de dados de desempenho, até chegar ao modelo atual, que tem como público alvo todas as etapas da educação básica. Além de subsídio para medir a capacidade de aprendizagem dos alunos, as médias de desempenho mensuradas fazem parte de um cálculo que, junto com os dados de aprovação do Censo Escolar, servem para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb. O índice possui uma escala de 0 a 10 e foi estabelecida pelo governo federal a meta de que até 2022 todas as unidades da federação, municípios e escolas se esforcem para que o Brasil atinja a média 6, que é a nota

* Formado em Design de Interiores pelo Centro de Educação Superior de Brasília/ DF e Pós-Graduado em Educação Infantil pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Atua na área de Projetos da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

² A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) permite que estados e municípios tenham seus próprios sistemas de avaliação externa.

média dos países considerados desenvolvidos que compunham a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) à época em que o índice foi instituído.

As séries de cada etapa avaliada no Saeb são estratégicas e os testes são aplicados de forma censitária e amostral a cada dois anos. Os estudantes das escolas públicas no ensino fundamental são avaliados das duas formas, os alunos do 2º ano com questões formuladas a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de forma amostral; já os 5º e os 9º anos são avaliados de forma censitária, com questões formuladas a partir da matriz de referência do Saeb. O 9º ano também é avaliado de forma amostral com questões formuladas a partir da BNCC. Na etapa do Ensino Médio são avaliadas as 3º e 4º séries de forma censitária, com questões também formuladas a partir da matriz de referência do Saeb.

Além dos testes respondidos pelos alunos, são aplicados questionários aos professores, gestores escolares e dirigentes de educação. Nesse estudo, utilizamos o termo “Dirigente”, em vez de Secretário Municipal/Estadual de Educação, em concordância com a denominação estabelecida pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Os questionários respondidos por esses três atores da gestão educacional são fonte de um conjunto de informações que servem para entender os aspectos relacionados a dados socioeconômicos, infraestrutura e funcionamento das escolas, formação inicial e continuada dos profissionais, gestão democrática e materiais didáticos utilizados. Todos, em alguma medida, têm influência no desempenho dos alunos nos testes.

Os resultados do Ideb estão longe ser apenas uma nota a ser atingida, ao analisar a evolução ou o decréscimo dos resultados, os gestores conseguem identificar, por região e por escola, o aprendizado dos alunos, e com isso, realizar um planejamento com base em dados que são o retrato de sua rede.

O objetivo desse artigo é analisar alguns fatores (infraestrutura e organização em ciclos) que contribuem para a melhoria do desempenho do 5º ano da rede pública estadual do Distrito Federal no Ideb. Os índices atribuídos a cada ente federado, município e escola resultam de um cálculo que parte da primeira nota publicada em 2005.

Com o estabelecimento das metas intermediárias do Ideb, em 2007, governos estaduais e municipais se veem pressionados a cumprir o que é determinado para alcançar as notas projetadas pelo Inep. São planejadas políticas para apoiar a melhoria da aprendizagem dos estudantes, com atividades no contra turno com objetivo de ampliar a jornada escolar e tornar o acompanhamento pedagógico mais eficaz. Para além da melhoria da aprendizagem, era necessário também combater a cultura da repetência³ e da evasão escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação dá a opção para que estados e municípios organizem suas escolas em séries anuais, semestrais, por ciclo, alternância regular de períodos de estudos e turmas multiseriadas. Nesse estudo, trataremos a forma escolhida pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, a organização por ciclos.

Dessa forma, faz-se necessário entender como a política de ciclos implementada entre os anos de 2005 a 2018 pode ter influenciado no avanço dos resultados das avaliações externas do DF. Publicações do Conselho de Educação do Distrito Federal demonstram a existência de diversas implementações da política de ciclos no estado desde 1963, e mesmo assim, até 2004 não existiam estudos que analisassem o sucesso ou o fracasso da política na rede do DF. Mainardes (2006, p.13) nos traz um panorama dos estudos sobre o ensino em ciclos no Brasil entre 1984 a 2004⁴, a maioria dos textos trata sobre as questões pedagógicas e

³ Cultura de repetência é a tendência em reter os alunos sem a devida avaliação dos prejuízos causados na vida escolar do estudante.

⁴ De 1987 a 2004, 147 textos sobre escolaridade em ciclos no Brasil foram produzidos (37 teses e dissertações, 10 livros, 38 capítulos de livros e 62 artigos). A maioria desses textos foi escrito em Língua Portuguesa (143) e apenas quatro em Língua Inglesa (Gandin, 2002; Gandin; Apple, 2002a; 2002b; Mainardes, 2004). Os programas mais abordados foram o Ciclo Básico de Alfabetização no Estado de São Paulo (24 textos) e em Minas Gerais (13 textos), o Projeto Escola Cidadã (24 textos) e o Projeto Escola Plural (21 textos).

psicológicas da modalidade. O autor também contribui tratando sobre as limitações e perspectivas no âmbito das pesquisas já que afirma que o tema é pouco pesquisado no Brasil.

As políticas de ciclo, assim como a progressão continuada e as classes de aceleração de aprendizagem têm como um dos objetivos diminuir os altos índices de repetência, evasão e abandono nas escolas brasileiras, essas três ocorrências afetam diretamente o fluxo aferido pelo Censo Escolar e impactam no Ideb. Nos resultados publicados a cada dois anos pelo Inep, o Distrito Federal, desde 2007, vem cumprindo as metas estabelecidas no Ideb para o 4º e 5º ano do ensino fundamental, com exceção dos anos de 2015 e 2019. A partir do cumprimento das metas é possível estabelecer o seguinte questionamento: *quais são os fatores que influenciaram na melhoria dos resultados do 5º ano da rede estadual do Distrito Federal no Ideb?*

Considera-se como hipótese que a implementação da política de ciclos, juntamente com a infraestrutura adequada das escolas, seja a base para os resultados positivos dos estudantes. A implementação da política das escolas por ciclos para a etapa dos anos iniciais do ensino fundamental no Distrito Federal começou a ser aplicada em 2013. Os ciclos de aprendizagem geralmente têm sua duração entre dois e três anos e só existe a possibilidade de retenção daquele aluno que não atingiu os objetivos estabelecidos para aquele período ao final do ciclo, dessa forma o aluno tem mais chances de se recuperar ao longo das etapas ao invés de ser reprovado. Para Lima (2000), os ciclos não são oportunidades para avançar alunos sem a aprendizagem adequada, mas para dar mais tempo para que o aluno consiga se adequar ao que está estabelecido na proposta de aprendizagem. A política também é uma oportunidade de uma melhor avaliação e flexibilidade do currículo por parte da gestão das secretarias.

Para realização desse artigo utilizaremos os resultados de desempenho das avaliações do 5º Ano da rede pública estadual do Distrito Federal no Saeb e no Ideb entre os anos de 2013 a 2019, os dados de infraestrutura publicados pelo Censo Escolar entre os anos de 2013 e 2019. Todos os dados são provenientes dos sistemas do Inep. Também contaremos com dados publicados pela Secretaria de Educação do Distrito Federal sobre a implementação da política de ciclos.

O texto está organizado, além desta introdução, em mais duas seções. A primeira seção trata sobre as avaliações no Brasil e no Distrito Federal, tendo como objetivo introduzir o leitor ao tema, explicando a importância da avaliação da educação ofertada, tanto para mensuração da aprendizagem dos estudantes quanto para construção, execução e andamento de políticas públicas, como o Ideb. Posteriormente, apresentaremos a avaliação na rede do Distrito Federal. Para essa introdução ao tema contaremos com publicações do Inep, do Ministério da Educação (MEC) e de pesquisadoras como Bernadete Gatti (2009) e Maria Helena Guimarães Castro. Tanto Gatti (2009) quanto Castro (2009) analisam a implementação e consolidação das avaliações no Brasil.

A segunda seção apresenta o Ideb dos alunos do 5º ano da rede pública estadual disponibilizados pelo Inep entre os anos de 2013 a 2019. Com isso, demonstramos a evolução do índice na rede do Distrito Federal. Para colaborar com a construção das análises, criamos uma subseção para tratar do fluxo escolar no Distrito Federal, contemplando também dados de infraestrutura das escolas e a da organização em ciclos. Os dados utilizados para detalhar o fluxo são provenientes do Censo Escolar de 2013 a 2019. Para além dos dados extraídos do Inep, também apresentaremos, como fundamentação teórica, reflexões dos pesquisadores José Francisco Soares e Flávia Pereira Xavier (2013) que contribuem para explicação dos cálculos de rendimento e desempenho.

2 AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL

Castro (2009) afirma que o sistema de avaliação brasileiro é bem estruturado e um dos mais organizados do mundo, apesar das dificuldades por conta da extensão do país e suas regiões diversificadas. Os estudos sobre avaliações no Brasil começaram a despontar no final da década de setenta, que é quando surgiu a necessidade de se criar critérios avaliativos e instrumentos que deixassem mais claros o real nível de aprendizagem nos diferentes estados, municípios e escolas. Para além da aprendizagem, o sistema também serviria para monitorar políticas públicas, identificar desigualdades sociais e fornecer aos gestores subsídios para melhorias nas escolas, nos currículos e na formação inicial e continuada dos professores.

Bonamino (2012, p. 375) afirma que existem três gerações de avaliações em larga escala no Brasil, a primeira diagnosticou a qualidade da educação ofertada, e a partir dessa, surgiram mais duas. Uma com intuito de utilização dos dados para devolutivas pedagógicas para as escolas e a segunda para monitorar e cobrar os resultados das políticas implementadas, também chamadas de *accountability*⁵. Apesar da importância das avaliações de aprendizagem, Gatti (2009) afirma que até a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, apenas o município de São Paulo, no início da década de 80, tinha implementado um estudo avaliativo de sua rede. Porém, como é comum acontecer até hoje, com a troca da gestão da secretaria de educação os resultados da avaliação não foram utilizados.

Com a implementação do Saeb, o país começou a produzir informações em larga escala sobre rendimento e desempenho acadêmico. Em sua primeira edição, em 1990, o sistema avaliava apenas estudantes das 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do ensino fundamental e as provas eram formuladas a partir dos currículos de 20 cidades selecionadas pelo Ministério da Educação (MEC). Na segunda, realizada em 1993, a formulação dos itens foi alterada para que abrangesse a maior validade possível para um teste que seria aplicado para todo o território nacional, sendo analisadas e retiradas do banco de itens as questões que dessem margem a entendimentos regionais e interpretações diversificadas para cada rede. Em 1995, uma nova metodologia de construção e análise foi implementada, a Teoria de Resposta ao Item (TRI)⁶. Ela possibilitou a comparação de resultados entre grupos distintos e edições futuras das provas. Foi nessa edição que a prova passou a ser censitária para as escolas públicas e a ser aplicada para a 4ª, 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

Em 1997, já utilizando os resultados advindos do uso da TRI, foram criadas as matrizes de referência do Saeb. As matrizes de referência são um conjunto de competências e habilidades para cada etapa avaliada, com a sua implementação as questões deixaram de ser formuladas a partir dos currículos estaduais. Segundo Horta (2007, p.10):

O ciclo de 1997 do SAEB pode ser considerado como o passo decisivo para a institucionalização da avaliação da educação básica no Brasil. A partir deste ciclo, poucas foram as modificações adotadas nos ciclos seguintes. Como inovação, ele trouxe a construção de uma escala de proficiência única para cada disciplina avaliada, permitindo assim a comparação entre os resultados obtidos pelo ciclo de 1995 do SAEB e abrindo a possibilidade de se fazer o mesmo com os próximos ciclos.

⁵ *Accountability* – São políticas que cobram o retorno financeiro do estado através da melhoria de desempenho nas avaliações externas

⁶ A Teoria de Resposta ao Item – Teoria que permite a criação de escalas a partir das questões formuladas e a comparação de resultados por diferentes grupos.

Apenas em 2005, o sistema foi reformulado e passou a ter duas avaliações, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). A Aneb, com foco na gestão da educação básica, era aplicada de forma amostral nas escolas públicas e privadas com no mínimo dez alunos por turma. Já a Anresc era aplicada de forma censitária, nas escolas com pelo menos 30 alunos na última etapa dos anos iniciais ou dos anos finais do ensino fundamental. Em 2007, utilizando as médias de desempenho da edição da prova aplicada em 2005 com a taxa média de aprovação advinda da coleta do Censo Escolar, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Censo Escolar é a principal fonte de dados sobre a educação brasileira, a coleta realizada anualmente é dividida em dois momentos: matrícula inicial e situação do aluno. A matrícula inicial é realizada sempre na última quarta-feira do mês de maio e tem como objetivo catalogar os dados dos alunos, professores, turmas e escolas de forma censitária. A coleta é realizada por um representante da escola, mas é dever do gestor da rede fazer a conferência dos dados informados. A situação do aluno é realizada no ano posterior à matrícula inicial, para coletar informações sobre a movimentação dos alunos. O Censo Escolar é realizado pelo Inep, que utiliza os dados para pesquisas e também repassa as informações para o Ministério da Educação e para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. As informações do Censo são base para o cálculo de recursos repassados do governo federal para estados e municípios como, por exemplo, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e também para recursos de programas suplementares como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE). As notas do Ideb, além de possibilitarem o monitoramento da evolução do desempenho dos alunos, têm sido usadas como métrica para distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de estados para municípios. O exemplo mais conhecido é o estado do Ceará, que destina parte do valor apenas aqueles municípios que obtêm melhores resultados nas avaliações (PINTO, 2019). Essa fórmula de distribuição de recursos condicionada a melhoria de resultados vira uma realidade nacional com a aprovação da Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020. A lei que regulamenta o Fundeb, aponta em seu artigo 5º, inciso III, que um percentual das complementações dos valores repassados será condicionado a melhoria de indicadores e redução das desigualdades.⁷

Em 2013 foi incluída no Saeb, a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), uma avaliação censitária aplicada anualmente ao chamado Ciclo de Alfabetização. O Ciclo de Alfabetização corresponde do 1º ao 3º ano dos anos iniciais do ensino fundamental.

Em 2017 foi aberta a possibilidade de aplicação da avaliação para as escolas privadas que possuíam o 3º Ano do Ensino Médio. Em 2019 o sistema passou por uma nova reformulação para adequar suas avaliações a Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2018. A aprovação da BNCC representa um avanço para as avaliações, já que a partir de sua implementação todos os estudantes terão um currículo básico comum estabelecido com competências e habilidades. É importante ressaltar que a BNCC não engessa os currículos estaduais e municipais, apenas determina minimamente o que os alunos devem aprender em cada etapa escolar. Também em 2019 as denominações desaparecem e todas as avaliações são chamadas de Saeb. Foram incluídas avaliações para o 2º ano do ensino fundamental, formulários sobre as condições de oferta, infraestrutura e gestão da educação infantil e também formulários eletrônicos para os dirigentes municipais e estaduais, com intuito de

⁷ Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 – Art 5º, Inciso III - complementação-VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, conforme disposto no art. 14 desta Lei.

levantar informações sobre o funcionamento das redes, existência e composição dos conselhos, currículo, práticas avaliativas e contratação de professores.

O Saeb cumpre os objetivos de sua criação, subsidia informações para que o MEC, estados e municípios possam construir, implementar, avaliar e monitorar as políticas públicas educacionais. Cria um perfil de desempenho por escola, o que possibilita ao gestor a identificação das características que fazem com que o aluno consiga aprender de forma eficaz e fornece dados para que o gestor possa planejar ações que possibilitem a universalização da educação pública de qualidade para todos os estudantes de sua rede.

Na contramão de outros estados, que baseados no Saeb criaram seus próprios sistemas de avaliação para obter resultados anuais e mais fidedignos aos seus currículos, o governo do DF, até 2015, não possuía um sistema próprio. Segundo Machado, Belarmino e Arcas (2015, p.671):

Em estudo recente, realizado em fevereiro de 2015, foi feita uma atualização do mapeamento da situação de existência dos sistemas estaduais de avaliação. Esse levantamento indicou que, entre os 26 estados e o Distrito Federal, somente sete unidades da federação não possuem sistemas de avaliação: Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe.

Com uma rede que conta, em 2019, com 271.219 matrículas no ensino fundamental distribuídas entre 713 escolas que atendem os anos iniciais e 390 os anos finais, divididas em 14 regionais de ensino é possível constatar que os resultados do Saeb são importantes para avaliação do ensino ofertado pela rede do DF (Inep, 2019). Utilizando os resultados do Saeb, a Secretaria de Educação do DF implementou, em 2005, a organização em ciclos de aprendizagem. A organização em ciclos tem com um dos objetivos corrigir os efeitos negativos da repetência, evasão e abandono na vida escolar. Também utilizando os resultados do Saeb e vários outros dados educacionais, o governo do Distrito Federal implementou o seu Plano Distrital de Educação (PDE/DF). O Plano Distrital de Educação, assim como o Plano Nacional de Educação (PNE) é um conjunto de metas e ações que devem ser cumpridas pelo governo durante dez anos, no caso do DF entre 2015 e 2024. Para construir os planos e estabelecer as metas e estratégias, foram realizados diagnósticos do contexto da rede utilizando indicadores educacionais, socioeconômicos e populacionais. O diagnóstico realizado para construção do plano aponta que, em 2013, o 5º ano do ensino fundamental do DF apresentava 23% de distorção idade-série, 8% de alunos reprovados e 0,78% de alunos que abandonaram os estudos. Assim, as principais metas do plano são sobre acesso, permanência, qualidade e universalização, valorização e formação dos profissionais da educação básica:

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches públicas e conveniadas, de forma a atender no mínimo 60% da população dessa faixa etária, sendo no mínimo 5% a cada ano até a final de vigência deste Plano Distrital de Educação – PDE, e ao menos 90% em período integral. Meta 2: Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano. Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o Distrito Federal, em todas as anos de

vigência deste Plano, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas. (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2014).

As metas citadas impactam diretamente na universalização da educação, na melhoria da qualidade da oferta, no combate à evasão escolar com objetivo de melhorar o fluxo e também na formação continuada dos profissionais, a fim de diminuir a quantidade de professores com formação diferente daquela que leciona. Porém, é importante ressaltar que o plano é decenal, ou seja, algumas dessas metas têm até 10 anos para serem atingidas.

A próxima seção apresenta os resultados dos alunos do 5º ano da rede pública estadual do Distrito Federal no Ideb, o fluxo escolar do território, a política de ciclos implementada com objetivo de combater a reprovação e retenção dos alunos e os resultados dos alunos no Saeb, com a intenção de perscrutar os fatores que têm influenciado nos resultados do Ideb na rede do DF.

3 O IDEB DOS ALUNOS DO 5º ANO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

Todos os estados, municípios e escolas do Brasil têm uma meta do Ideb a ser atingida até 2022. Para que fosse possível realizar diagnósticos, estudos e pesquisas de onde as redes poderiam alocar esforços para melhorar seu desempenho, o governo criou as metas intermediárias. As metas intermediárias do Ideb têm origem no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007⁸, que trata sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Cada meta intermediária foi estabelecida de acordo com o resultado de cada agente no primeiro Ideb, dessa forma cada um terá uma trajetória diferente a ser percorrida até a última avaliação desse ciclo que se encerra em 2022. Na tabela 1, é possível identificar o desempenho dos anos iniciais da rede pública do Distrito Federal no Ideb entre 2005 e 2019.

Tabela 1 – Ideb Distrito Federal - Ensino Fundamental Anos Iniciais (2005-2019)

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Meta	---	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.5
Ideb	4.4	4.8	5.4	5.4	5.6	5.6	6.0	6.1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (INEP, 2020a)

Como é possível também observar na tabela 1, a nota base para o cálculo das metas intermediárias do Distrito Federal foi de 4.4. Entre 2007 e 2013 todas as notas ficaram acima das metas projetadas. Em 2015 a nota ficou abaixo da meta, que voltou a ser atingida em 2017 e deixou de ser atingida novamente em 2019. A meta 7 do PDE/DF estabelece o fomento a melhoria da qualidade da educação em todas as etapas para que seja possível o atingimento das metas do Ideb. Para isso, conta em suas estratégias com programas de melhoria de infraestruturas das escolas, acesso universalizado à internet de alta velocidade, disponibilização de bibliotecas em todas as unidades escolares, políticas de combate à violência, políticas de inclusão e permanência escolar.

Destrinchando um pouco mais os resultados do Ideb, trazemos nas tabelas 2, 3 e 4 as médias atingidas pelos alunos em Matemática e Português e as porcentagens nos níveis de

⁸ Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

desempenho no Saeb. As médias são calculadas a partir do desempenho dos estudantes nas avaliações. Os níveis de desempenho são um conjunto de habilidades atribuídas aos alunos que conseguem atingir determinadas notas nas avaliações.

Tabela 2 - Médias de Proficiência Matemática e Português Anos Iniciais (2013-2019)

Disciplina	2013	2015	2017	2019
Língua Portuguesa	206,60	212,34	220,24	221,47
Matemática	222,96	220,68	229,02	233,15

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (INEP, 2020a)

Em relação a tabela 2 é possível identificar um aumento de 4% na média das notas tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática entre as avaliações de 2015 e de 2017. Porém apesar desse aumento, as médias dos alunos em Língua Portuguesa 2013 a 2019 é caracterizada pelo nível 4 de desempenho. Já em Matemática, a média de 2013 e 2015 é caracterizada pelo nível 4 e a média de 2017 e 2019 é caracterizada pelo nível 5.

Para entender sobre os níveis mencionados na análise da tabela 2 e os dados das tabelas 4 e 5 é necessário entender que o Inep distribui as notas do Saeb em níveis:

Tabela 3 - Níveis de Desempenho

Nível	Língua Portuguesa	Matemática
0	0 a 125	0 a 125
1	Igual 125 menor que 150	Igual 125 menor que 150
2	Igual 150 menor que 175	Igual 150 menor que 175
3	Igual 175 menor que 200	Igual 175 menor que 200
4	Igual 200 menor que 225	Igual 200 menor que 225
5	Igual 225 menor que 250	Igual 225 menor que 250
6	Igual 250 menor que 275	Igual 250 menor que 275
7	Igual 275 menor que 300	Igual 275 menor que 300
8	Igual 300 menor que 325	Igual 300 menor que 325
9	Maior ou igual a 325	Igual 325 menor que 350
10		Maior ou igual a 350

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (INEP, 2020b)

Tabela 4 - Língua Portuguesa Anos Iniciais (2013-2019)

Nível	2013	2015	2017	2019
0	2,40	1,40	1,18	1,55
1	7,52	5,78	4,38	4,62
2	14,80	12,53	9,93	9,50
3	20,62	20,12	17,42	16,36
4	21,36	22,24	21,68	20,66
5	16,66	18,70	20,14	20,37
6	10,11	11,50	14,36	14,57
7	4,51	5,22	7,25	8,20
8	1,65	1,73	2,97	3,58
9	0,36	0,76	0,68	0,59

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (INEP, 2020a)

Tabela 5 - Matemática Anos Iniciais (2013-2019)

Nível	2013	2015	2017	2019
0	1,17	0,13	0,34	0,46
1	2,70	2,94	2,22	1,97
2	8,72	9,89	7,52	6,61
3	17,26	19,03	14,64	13,14
4	22,76	23,57	20,76	20,12
5	21,18	20,99	23,56	22,76
6	14,80	14,14	17,80	18,37
7	7,48	6,43	9,19	10,84
8	2,75	2,17	2,97	4,30
9	1,18	0,54	0,83	1,41
10	0,00	0,17	0,16	0,03

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (INEP, 2020a)

A existência dos níveis facilita o diagnóstico que deve ser realizado por gestores e professores quando os resultados das provas são publicados, a partir dessa classificação é possível identificar quais são as competências e habilidades que já foram adquiridas pelos alunos da rede e também quais são os conteúdos mais complexos e que demandam de mais esforço dos professores para com a aprendizagem dos alunos em sala de aula. Com relação a distribuição da porcentagem de alunos nos níveis podemos destacar a diminuição de alunos pertencentes aos níveis 0 e 1, o aumento de 13,32% entre 2013 e 2019 nos níveis 4 a 9 em Língua Portuguesa e 7,68% nos níveis de 6 a 10 em Matemática. Klein (2019) nos explica, que baseado na classificação do Inep, os alunos que estão entre os níveis 0 a 3 têm desempenho inadequado, de 4 a 6 têm um desempenho considerado básico e de 7 em diante têm desempenho adequado.

Partindo desses padrões e analisando as porcentagens de desempenho do DF em 2019 mostradas nas tabelas 4 e 5, 67,97% dos alunos do 5º ano da rede estadual do Distrito Federal têm um desempenho básico em Língua Portuguesa e 77,83% básico em Matemática. Na próxima seção tratamos dos dados de fluxo escolar do Distrito Federal com o objetivo de entender qual o caminho percorrido pelos alunos da rede, e como a política de ciclos e a infraestrutura escolar trouxeram evoluções para os indicadores.

3.1 O FLUXO ESCOLAR NO DISTRITO FEDERAL

Para se obter bons resultados no Ideb, os Dirigentes de Educação devem também se preocupar com a taxa média de aprovação de seus alunos na etapa avaliada. A taxa média de aprovação que fará parte do cálculo do Índice é coletada no Censo Escolar. Na chamada etapa Situação do Aluno do Censo Escolar, são informados o rendimento ou o movimento do estudante. O rendimento é quando o aluno é aprovado ou reprovado e o movimento quando o aluno é transferido, deixou de frequentar a escola ou faleceu. Soares e Xavier (2013, p.909) explicam de forma detalhada as categorias de rendimento da Situação do Aluno e como é calculada a taxa:

Na categoria de aprovados são classificados os alunos que, ao final do ano letivo, preencheram os requisitos mínimos de desempenho e frequência, previstos em legislação. Os reprovados são os alunos que, ao final do ano letivo, não preencheram os requisitos mínimos de desempenho e/ou frequência previstos em legislação. Os alunos que deixaram de frequentar a

escola, tendo sua matrícula cancelada, são classificados na categoria de abandono. A taxa de aprovação é definida como a razão entre o número de aprovados e a soma dos alunos nas três categorias. Detalhes podem ser encontrados na nota técnica do Inep (BRASIL, 2009a). A soma das taxas de aprovação, reprovação e abandono é 100%. Portanto, se a taxa de abandono é alta, tanto a taxa de aprovação quanto a de reprovação podem ser baixas, ao mesmo tempo.

A inclusão da taxa de abandono escolar no cálculo da taxa de aprovação é importante para que o gestor fique atento e caso seja necessário, implemente políticas de busca ativa na comunidade. A partir dos resultados da taxa de aprovação, somadas e divididas pela quantidade de séries da etapa, é possível chegar ao indicador de rendimento.

Na tabela 5 apresentamos a evolução do indicador de rendimento dos anos iniciais do DF com objetivo de junto com os dados da figura 1 analisarmos as taxas do DF:

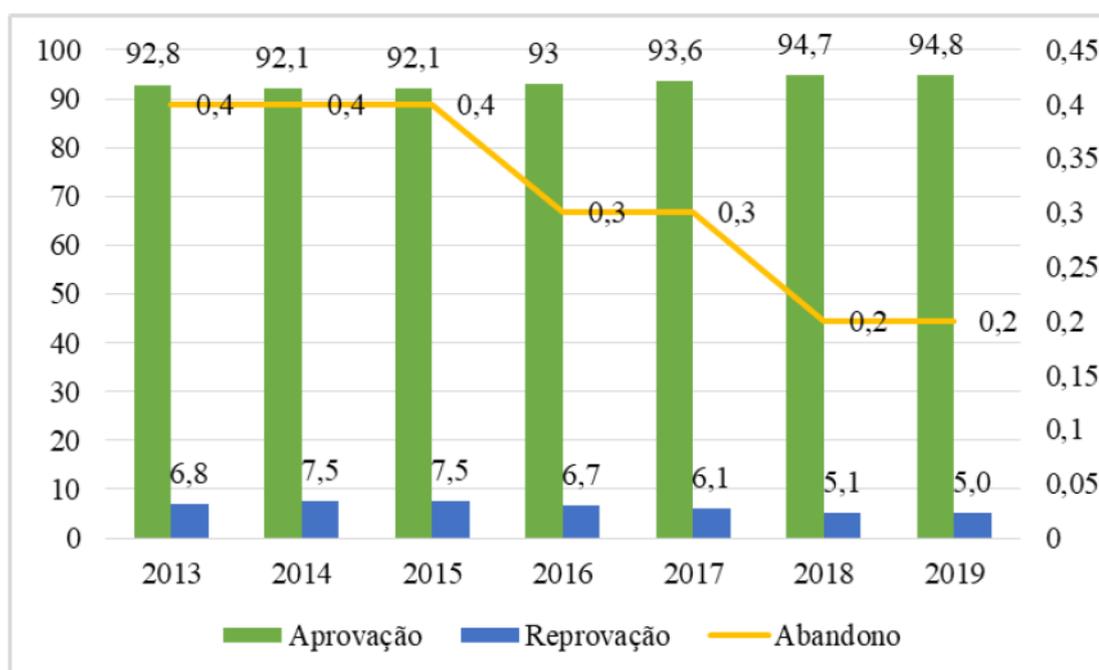
Tabela 6 - Indicador de Rendimento Anos Iniciais (2013-2019)

	2013	2015	2017	2019
Rendimento	0,93	0,92	0,94	0,95

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (INEP, 2020a)

É possível identificar na tabela 5 uma melhora no rendimento o que significa uma melhor taxa de aprovação entre os anos iniciais.

Figura 1 – Taxas de rendimento Distrito Federal – Ensino Fundamental Anos Iniciais (2013-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (INEP, 2020a)

Na figura 1, é possível identificar a evolução das taxas de aprovação e a diminuição das taxas de reprovação e abandono dos alunos do ensino fundamental nos anos iniciais do Distrito Federal de 2013 a 2019.

Quais foram as ações realizadas pela Secretaria de Educação para que isso acontecesse? Estudos apontam que a infraestrutura tem um forte impacto no aprendizado dos estudantes. Soares Neto *Et. Al.* (2013) criaram uma escala a partir dos dados de infraestrutura das escolas informados no Censo Escolar (2011). O objetivo do estudo era poder estabelecer um padrão de comparação da infraestrutura das escolas de todo o país. Os itens que compõe a infraestrutura das escolas foram parametrizados e a partir da escala, que possui um intervalo de 0 a 80, foram criados quatro níveis de infraestrutura: elementar, básica, adequada e avançada. Na tabela 6, apresentamos pelo menos um item de cada nível e a evolução da porcentagem de escolas que declararam no Censo possuir esse item em sua infraestrutura. Para que a escola seja considerada adequada, é necessário que ela possua todos os elementos do nível elementar e básico.

Tabela 7 - Dados de Infraestrutura Censo Escolar 2011 a 2015 (%)

	2011	2012	2013	2014	2015
Internet (Adequada)	86	87	89	94	96
Energia Elétrica (Elementar)	100	100	100	100	100
Lab. Informática (Adequada)	80	83	85	85	85
Acessibilidade (Avançada)	55	58	60	61	64
Sala de Leitura (Adequada)	66	69	71	71	75

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (QEDu, 2020)

Analisando os resultados coletados de infraestrutura das escolas de ensino fundamental do DF no Censo Escolar 2015 é possível afirmar que a maioria das escolas já possuía uma infraestrutura adequada. Para citar alguns exemplos de itens que compõe a infraestrutura adequada: 96% das escolas possuíam acesso à internet, 100% possuíam energia elétrica, 85% possuíam laboratórios de informática, 64% possuíam dependências adequadas para alunos portadores de necessidades especiais e por fim, 75% possuíam sala de leitura.

Acreditamos que um segundo fator que influenciou na melhoria das taxas de rendimento foi a implementação da política de ciclos para os anos iniciais do ensino fundamental no Distrito Federal em 2013. A política implementada para os 4º e 5º anos de forma voluntária através do Parecer 225/2013 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), foi o 2º Ciclo realizado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. O 1º Ciclo foi implementado em 2005, abarcando os três primeiros anos do ensino fundamental, também chamado de Bloco Inicial de Alfabetização (BIA). Os resultados do 1º Ciclo obtidos em 2012 foram essenciais para a decisão do governo de continuar apostando nessa organização. Destacamos dois desses resultados que são mencionados no documento Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo:

- a) Os resultados obtidos a partir do período de implantação do BIA – de 2005 a 2011 – em relação aos anos anteriores, quando o Ensino Fundamental do DF era organizado em oito anos, indicam diminuição do percentual de reprovação dos estudantes de 15% nas 1ª e 2ª séries para 7,4% no final do BIA.
- b) Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) obtidos pelas escolas da rede pública de ensino do DF, tanto em 2009 quanto em 2011, alcançaram a média de 5,4 superando as metas estabelecidas pelo MEC de 4,8 e 5,2 respectivamente (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL , 2013 p.13)

Para reforçar que a organização por ciclos é uma política de estado e não de governo, o Plano Distrital de Educação faz menção direta da política em duas estratégias da meta 2⁹. A meta 2 trata da universalização do acesso ao ensino fundamental a partir dos 6 anos e a correta conclusão da etapa aos 14 anos, as duas estratégias da meta determinam:

2.7 – Implementar as diretrizes pedagógicas para os ciclos, assegurar a formação inicial e continuada dos professores e profissionais da educação e garantir condições para tanto, estabelecendo o número de estudantes por sala de acordo com o disposto pela Conferência Nacional de Educação de 2010 – CONAE 2010. 2.35 – Fomentar ações pedagógicas que promovam a transição entre as etapas da educação básica e as fases do ensino fundamental e que gerem debates e avaliações entre os profissionais da educação sobre a organização escolar em ciclos e a organização do trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2014 p. 17 e 18).

Apesar dos resultados comprovadamente positivos, e a tentativa do governo em expandir a organização em ciclos para os anos finais do ensino fundamental, poucas foram as escolas que aderiram à organização de forma voluntária. Na tabela 7 mostramos a evolução da porcentagem de adesão das escolas. Até 2017 apenas 23% das escolas dos anos finais tinham optado pela iniciativa, enquanto nos anos iniciais eram 84%.

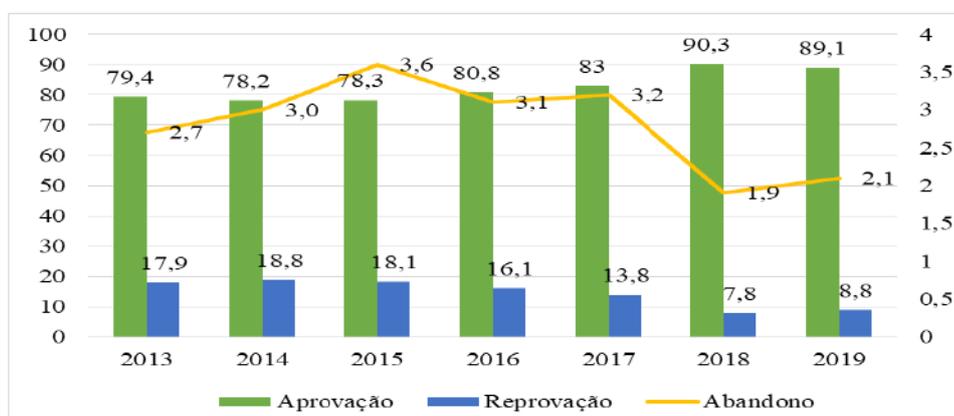
Tabela 8 - Porcentagem de escolas organizadas em ciclos na rede do DF (2015-2017)

Etapa de ensino	2015	2016	2017
Anos Iniciais	75	82	84
Anos Finais	11	13	23

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (SEDF, 2018)

Em 2018, o Governo do Distrito Federal determinou que todas as escolas fossem organizadas em ciclos. A título de comparação com as taxas dos anos iniciais, a Figura 2 traz as taxas de rendimento dos anos finais do ensino fundamental do período de 2013 a 2019.

Figura 2 - Taxas de rendimento Distrito Federal - Ensino Fundamental Anos Finais (2013-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (INEP, 2020a)

⁹ Meta 2: Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano.

A partir dos dois gráficos é possível constatar que após a organização em ciclos a taxa de abandono diminui ano a ano, até que sofre uma queda maior entre 2017 e 2018, consequentemente a taxa de aprovação sobe e a de reprovação também diminui. É natural que com a melhoria dos indicadores dos anos iniciais, os anos finais também tenham resultados melhores, porém o desafio dos professores dos anos finais é tentar oferecer uma escola mais atrativa, inclusiva e que consiga trazer os adolescentes que já não conseguem ter interesse pelo ambiente escolar. Como impacto positivo da melhoria das taxas de rendimento, podemos também constatar a melhoria da distorção idade-série. A distorção corresponde a um percentual de alunos que estão dois anos ou mais acima da idade recomendada para aquela etapa. Na tabela 9, trazemos a evolução da distorção idade-série do 5º ano da rede estadual do Distrito Federal.

Tabela 9 - Distorção Idade-Série 5º Ano (%)

2017	2018	2019
22	20,9	20,2

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de: (INEP, 2021)

Em 2019 a taxa de distorção idade-série dos alunos do 5º ano da rede estadual do Distrito Federal caiu 1,8% em relação a 2017. É importante concluir essa seção com esses dados, pois a redução da taxa de distorção é um reflexo de todas as taxas tratadas anteriormente. E complementar que uma boa qualidade de infraestrutura escolar garante aos gestores e professores melhores condições para o planejamento administrativo e pedagógico, para o aluno é essencial que ele tenha acesso a equipamentos de qualidade que possam auxiliar a sua aprendizagem e que sejam fonte de identificação para com o ambiente escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate a reprovação em massa, a evasão e o abandono escolar sempre foram um desafio para as escolas brasileiras e a organização por ciclos é só uma das políticas aceitas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para combater essas realidades. Segundo a LDB (1996), “a organização por semestres, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.”

A política de ciclos implementada pelo Governo do Distrito Federal permite que o estudante não seja retido, e tenha oportunidade de recuperar os déficits até o último ano daquele ciclo, que é quando ele fará suas avaliações e poderá ou não passar para a próxima etapa. Ao analisarmos os dados do Censo Escolar, os resultados do desempenho nas avaliações do Saeb e o atingimento das metas intermediárias do Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental entre os anos de 2013 a 2019, foi possível identificar melhora em todos os indicadores após a organização por ciclos. Trouxemos os dados de infraestrutura das escolas por sabermos que a melhoria do desempenho no Ideb é multifatorial, dessa forma nossa análise não poderia focar em apenas em uma possibilidade. Porém, as escolas do DF já tinham uma infraestrutura adequada antes da organização por ciclos, ou seja, a infraestrutura colaborou, mas pela evolução dos indicadores, tendemos achar que a influência maior foi da política de ciclos. Complementamos com uma comparação das taxas de aprovação, reprovação e abandono dos anos iniciais e finais que tiveram tempos diferentes de implementação da política.

Esse artigo contou com a análise de dois fatores, porém existe a possibilidade de inclusão e análise de outros como: investimentos na educação, adequação da formação docente, indicador de regularidade docente, clima escolar, e futuramente também a influência que a pandemia ocasionará nas taxas de aprovação, reprovação e abandono e consequentemente nos resultados do Ideb.

Por fim, é importante ressaltar que a avaliação não pode ser só baseada no atingimento de metas, sejam elas estabelecidas pelo governo federal, estadual ou municipal. A avaliação deve ser também para diagnóstico, tanto para formulação de políticas públicas quanto para subsidiar os professores em seu planejamento. Estamos no último ano de aplicação das avaliações que irão compor as notas que concluem o ciclo do Ideb, que começou em 2005. Até o final de 2022, o governo federal deverá ter criado um novo Índice para continuar avaliando a qualidade da educação ofertada em todas as escolas públicas do país.

REFERÊNCIAS

CARVALHO. A. N. **Os ciclos de aprendizagem em Brasília e o seu contexto de ampliação (1963-2014) (2015)**. Disponível em:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22667/1/ulfpie047559_tm_tese.pdf . Acesso em: 05 de nov. de 2020

CASTRO. M.H.G. **A consolidação da política de avaliação da educação básica no Brasil (2009)**. Disponível em:

<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/51#:~:text=O%20artigo%20apresenta%20um%20panorama,mantendo%20continuidade%2C%20como%20Politica%20P%C3%BAblica>. Acesso em: 05 de nov. de 2020

GATTI. B.A. **Avaliação de sistemas educacionais do Brasil (2009)**. Disponível em:

http://professor.ufop.br/sites/default/files/danielmatos/files/gatti_2009_avaliacao_de_sistemas_educacionais_no_brasil.pdf Acesso em: 05 de nov. de 2020

HORTA NETO, J.L. *Et. Al* (2013). **Uma escala para medir a infraestrutura escolar**.

Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/ae/article/view/1903>. Acesso em: 05 de fev. de 2021

HORTA NETO, J.L. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana De Educación**, n. 42, 13. Abril/2007, Disponível em: <https://doi.org/10.35362/rie4252398> Acesso em: 05 de fev. de 2021

INEP, Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/situacao-do-aluno> Acesso em: 03 de fev. de 2021

INEP, Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Distrito Federal Censo da Educação Básica 2019**. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+do+Distrito+>

Federal+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/dc9896b2-f26f-4908-b9c2-d1a8e6264270?version=1.1. Acesso em: 15 de out. de 2020

INEP, Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb> Acesso em: 15 de out de 2020

INEP, Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica.** 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb> Acesso em: 15 de out. de 2020

INEP, Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Distorção Idade Série.** 2021; Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%2FPain%C3%A9is%20UF%2FPainel%20Educacional%20Estadual&Page=Trajet%C3%B3ria%20-%20Anos%20Finais&P1=dashboard&Action=Navigate&coll=%22Localidade%20Uf%22.%22Nome%22&val1=%22DISTRITO%20FEDERAL%22&psal=%22INEP%20-%20Integra%C3%A7%C3%A3o%22> Acesso em: 05 de fev. de 2021

KLEIN, Ruben. **Uma solução para a divergência de diferentes padrões no SAEB. Ensaio:** aval.pol.públ.Educ. 2019, vol.27, n.103, pp.229-249. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/2060> Acesso em: 05 de fev. de 2021.

LIMA, E. S. **Ciclos de Formação – Uma reorganização do tempo escolar. Coleção Fundamentos para a Educação.** São Paulo: Editora Sobradinho, 2002.

MAINARDES, Jefferson. **Organização da escolaridade em ciclos no Brasil: revisão da literatura e perspectivas para a pesquisa.** 2006, v.32, n.1, pp.11-30. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000100002&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 05 de nov. de 2020

PINTO, Cristina Brandão. **Cooperação entre escolas como estratégia de melhoria do desempenho escolar: um estudo sobre o Prêmio Escola Nota Dez.** Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P.137. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11563> Acesso em: 05 de fev. de 2021.

PRADO, I.G.A. **LDB e Políticas de Correção de Fluxo Escolar.** 2000. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2102> Acesso em: 05 de fev. de 2021.

QEDU. **Matrículas e Infraestrutura.** 2020. Disponível em: <https://qedu.org.br/estado/107-distrito-federal/censo-escolar> Acesso em: 05 de fev. de 2021.

SEDF, Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes pedagógicas para organização escolar do 2º ciclo para as aprendizagens: BIA e 2º bloco.** Disponível em:

http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/diretrizes_pedagog_2ciclo.pdf Acesso em: 15 de out. de 2020.

SEDF, Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Plano Distrital de Educação**. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/pde-2/> Acesso em 15 de out. de 2020

SEDF, Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Relatório anual de monitoramento e avaliação do Plano Distrital de Educação**. 2018. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/01/Relat%C3%B3rio-de-Monitoramento-PDE-2018.pdf> 05 de nov. de 2020

SOARES, J.F.; XAVIER, F.P. **Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. Educ. Soc.** (2013) vol.34, n.124, pp.903-92. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000300013>. Acesso em: 05 de fev. de 2021.

UNDIME. **Caderno de Orientações ao Dirigente Municipal de Educação Fundamentos, Políticas e Práticas**. Disponível em: <https://undime.org.br/portal/documento/arquivo/1399> Acesso em: 20 de out. de 2020